

RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.904 - SP (2019/0161479-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : JACIEL ALVES FERREIRA
RECORRENTE : ESPACO INTERNO COMPONENTES E MODULADOS DE BAURU LTDA
ADVOGADOS : CÉLIA CRISTINA MARTINHO - SP140553
PAULO HENRIQUE DE SOUZA FREITAS - SP102546
FERNANDO SIMIONI TONDIN E OUTRO(S) - SP209882
RECORRIDO : MODOCASA INDÚSTRIA MOVELEIRA LTDA
ADVOGADO : JONATHAN ZAGO APPI E OUTRO(S) - SC025675

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Embargos à execução.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
5. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por JACIEL ALVES FERREIRA e ESPACO INTERNO COMPONENTES E MODULADOS DE BAURU LTDA., com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: embargos à execução, opostos pelos recorrentes, em face de execução de títulos extrajudiciais ajuizada em seu desfavor por MODOCASA INDÚSTRIA MOVELEIRA LTDA.

Sentença: julgou improcedente o pedido.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelos recorrentes, nos termos da seguinte ementa:

Apelação. Embargos à execução. Sentença de improcedência. Apelantes que pedem a reforma da sentença sob os argumentos de que os títulos executivos que embasam a ação são irregulares; que o acordo firmado nos autos é nulo em razão da ausência de representação, e que a multa de 30% (trinta por cento) fixada no pacto é abusiva. Argumentos todos afastados. Duplicata sem aceite autoriza o ajuizamento de execução extrajudicial quando preenchidos os requisitos do artigo 15, inciso II, da Lei nº 5.474/1968. Acordo assinado por pessoas maiores e capazes. Cláusula penal que tem como limite o valor da obrigação. Art. 412 do Código Civil. Sentença mantida. Honorários majorados. RECURSO DESPROVIDO.

Recurso especial: alega violação do art. 9º do Decreto 22.626/33, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta a abusividade da cláusula penal fixada em 30% do valor da dívida.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: CPC/15

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca do dispositivo legal indicado como violado. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, neste caso, a Súmula 282/STF.

- Da existência de fundamento não impugnado

Os recorrentes, em relação à abusividade da cláusula penal, não impugnaram o seguinte fundamento utilizado pelo TJ/SP:

Por fim, nada há de abusivo na multa de 30% (trinta por cento) fixada no pacto. Além de se tratar de estipulação derivada de consenso entre as partes, a legislação sobre o assunto é bastante clara e objetiva, havendo disposição expressa no artigo 412 do Código Civil, no sentido de que o limite para a cláusula penal é o valor da obrigação principal. (e-STJ fl. 435)

Assim, não impugnado esse fundamento, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, neste caso, a Súmula 283/STF.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1.029, § 1º, do CPC/15 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor atualizado da causa para 17%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora